

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE LINGUAGEM E COMUNICAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA**

ROSELI BRANCO DA SILVA CAMAROTO

**A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE
AULA, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

**CURITIBA
2015**

ROSELI BRANCO DA SILVA CAMAROTO

**A IMPORTÂNCIA DE TRABALHAR A VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NA SALA DE
AULA, NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Monografia apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura, pelo Departamento Acadêmico de Linguagem e Comunicação da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientadora: Prof.^a. Dra. Ana Paula Pinheiro da Silveira

CURITIBA
2015



TERMO DE APROVAÇÃO

ALUNO: Roseli Branco Da Silva Camaroto

Polo: Polo Treze Tílias

TÍTULO DA MONOGRAFIA:

A Importância de trabalhar a variação linguística na sala de aula, nos anos iniciais do Ensino Fundamental

Esta monografia foi apresentada às **10:00:00 AM h** do dia **3/12/2016** como requisito parcial para a obtenção do título de Especialista no curso de Especialização em **Ensino de Língua Portuguesa e Literatura** da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, **Campus Curitiba**. O candidato foi argüido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho:

1		Aprovado
2	x	Aprovado condicionado às correções Pós-banca, postagem da tarefa e liberação do Orientador.
3		Reprovado

Professora Ana Paula Pinheiro da Silveira

UTFPR – PR

(orientador)

Professora Edna da Silva Polese

UTFPR – PR

Professor Joao Mansano Neto

UTFPR – PR

OBS: O DOCUMENTO ORIGINAL ENCONTRA-SE ARQUIVADO NA SECRETARIA DO CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA.

RESUMO

CAMAROTO, Roseli Branco da Silva. **A importância de trabalhar a variação linguística na sala de aula, nos anos iniciais do ensino fundamental.** Curitiba, 2015. 21 fls. Monografia. (Especialização em Ensino de Língua Portuguesa e Literatura) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Campus Curitiba, 2015.

O presente trabalho apresenta como tema central de pesquisa a importância de trabalhar a variação linguística na sala de aula, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, objetivando analisar como, na sala de aula, o professor estabelece relações entre as variedades da língua e a língua padrão. Para relizar a pesquisa, procurou-se pautar sobre conceitos e definições de variação linguística e de preconceito linguístico, baseando-se nos seguintes autores: William Labov (1972), William Bright (1966), Marcos Bagno e Sírio Possenti (1996). Além de pesquisa bibliográfica, foi realizada uma pesquisa de campo, utilizando como instrumento um questionário estruturado, em uma Escola Municipal, na cidade de Treze Tílias – SC, com cinco educadores, cujo objetivo era compreender como elas entendem a variação linguística e como atuam no cotidiano da prática pedagógica com os alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Os dados coletados demonstraram que as educadoras têm conhecimento sobre a variação linguística. Elas procuram trabalhar as variações dentro de sala de aula, de forma que os alunos saibam questionar a língua padrão diante de uma enorme variedade linguística, a qual traz consigo sua cultura e verdadeiras raízes.

Palavras-chaves: Variação linguística, preconceito linguístico, ensino.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	5
2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	7
2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA	7
2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO	9
2.3 ENSINO	10
3 METODOLOGIA	14
4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS	15
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	18
REFERÊNCIAS	19
APÊNDICE	21

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho é fruto do questionamento sobre como a variedade linguística é vista e trabalhada dentro da sala de aula pelos professores, mais especificamente nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A variedade linguística, segundo Possenti 1997, apud Oliveira, 2011, p. 4), “nada mais é do que o reflexo da sociedade, onde, esta (sociedade) possui uma variedade social caracterizando então, o papel dos indivíduos e dividindo-os em grupos, classes”. Pelo fato de o Brasil ser um país extenso e com uma população diversificada, utilizando a mesma língua materna, sempre haverá a diversidade linguística, dentro do mesmo estado ou comunidade linguística.

Na escola, a língua tomada como base para o ensino é a norma padrão. Por muito tempo, foi o padrão escrito e literário, atualmente com a presença das Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTIC), há cada vez mais uma presença de diferentes gêneros que circulam no meio digital que começam a ganhar lugar nas propostas de ensino, dando espaço sempre maior a uma linguagem mais aproximada daquela usada em diferentes contextos sociais. Não obstante isso, continua-se com uma visão da gramática e do padrão como modelos para o ensino e nem sempre o professor conhece o conceito de variação linguística, bem definido também nos documentos que preconizam o ensino, como os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN – (BRASIL, 1998), e nem compreende como fazer a relação entre conteúdos exigidos na escola, o uso da língua no cotidiano dos alunos e a sua prática pedagógica. Diante disso se percebe a necessidade de estudos mais amplos sobre esse tema e as possíveis metodologias de ensino, para que o professor tenha uma base para poder trabalhar, de forma consciente e inovadora, capaz de formar cidadãos com várias habilidades de compreensão nas mais diversas esferas de comunicação.

Neste contexto, surgiu o interesse do presente trabalho, que tem como tema analisar a importância de trabalhar a variação linguística na sala de aula, nos anos iniciais do Ensino Fundamental tendo em vista a posição prescritiva, normativa em relação ao ensino da língua materna na sala de aula.

A falta de clareza sobre os diferentes modos de usar a língua, tem favorecido, de acordo com Marcos Bagno (1999), o preconceito linguístico. Na visão desse autor, a afirmação de que “no Brasil há uma unidade linguística e de que todo o povo brasileiro fala

de forma homogênea”, ou seja, a não aceitação da diversidade linguística traz em si a ideia de que existe um modo único, padrão, de usar a língua, o que corrobora um tipo de preconceito muito comum na sociedade brasileira, o preconceito linguístico.

A visão que assume-se como professores pode ajudar a perpetuar o preconceito linguístico, por isso é de fundamental importância ensinar na escola que existem modos diferentes de falar, que podem ajustar-se de acordo com as circunstâncias. Este é um passo importante na formação dos alunos. Por isso entende-se que a contribuição da Sociolinguística é crucial na formação dos professores e nos currículos escolares nas escolas brasileiras, e pode propiciar ao professor das séries iniciais, bem como o de Língua Portuguesa, a compreensão de como ensinar o valor da língua escrita e falada, para seus alunos, pode oferecer subsídios para distinguir que os erros ortográficos são de duas naturezas: interferência de traços da oralidade; aquisição do sistema de convenções da escrita, que é arbitrário (BORTONIRICARDO, 2006); os que provêm da interferência de traços da oralidade podem ser analisados a partir da própria variação linguística, da realização dessas variantes em diversas regiões do Brasil.

Diante disso, conhecer a visão da sociolinguística, o trabalho com a variação, favoreceria, portanto, uma intervenção mais efetiva para o trabalho com os alunos, especialmente, àqueles que vêm de famílias e comunidades mais carentes que não tiveram muito contato com atividades e situações que propiciaram o letramento. Para tanto, o professor teria de trabalhar em sala de aula atividades sistemáticas de fala, escuta, escrita e reflexão sobre a língua, valorizando a língua trazida pelo aluno, e suas comunidades, assumindo seu papel de mediador e de problematizador, tornando o aluno sujeito de sua ação por meio da linguagem, pois ao mesmo tempo em que instrumentaliza o aluno com o passaporte da variação padrão da língua não perde de vista as complexas relações que a mesma impõe para os indivíduos.

Neste estudo, se estabelece como objetivo geral a reflexão sobre as variedades linguísticas e o ensino de Língua Portuguesa, nos anos iniciais no Ensino Fundamental, destacando a importância do seu trabalho metodológico em sala de aula.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

2.1 VARIAÇÃO LINGUÍSTICA

Para Possenti (1997 p. 83) “a variedade linguística é o reflexo da variedade social e, como em todas as sociedades existe alguma diferença de status ou de papel entre indivíduos ou grupos, estas diferenças se refletem na língua”.

O tema da variação linguística não é novo, Camacho, já em 1983 apresentar esse conceito partindo de três teses para conceituar as variações:

- 1) A língua não é um sistema homogêneo, mas heterogêneo e dinâmico.
- 2) A língua é um objeto histórico e porque sujeita às eventualidades próprias de tipo de objeto, se transforma no tempo e se diversifica no espaço.
- 3) Os fatores de diversidade linguística podem relacionar-se a diferença de nível cultural, de nível de formalidade e informalidade em que a língua é utilizada.

Destas três teses decorre a afirmação de que a variação linguística pode ser de quatro modalidades: diacrônica ou histórica; geográfica ou espacial, social e estilística. Camacho assim, as define:

Variação diacrônica ou histórica – diz respeito às diferenças decorridas da observação de, pelo menos dois estados sucessivos de língua. Estes dois modelos não coexistem ao mesmo tempo, uma vez que um deve cair em desuso para que o outro sobreviva. Nas variações históricas a língua sofre transformações ao longo do tempo, podendo ser de grafia ou de significado.

Uma variante, em processo de adoção pela comunidade linguística, é adotada por um grupo socioeconomicamente expressivo, que reconhece nela um fator de prestígio em contraste com outra em desuso. Nesse caso, a forma que está prestes a ser substituída completamente fica restrita à linguagem dos mais velhos.

Variação geográfica ou espacial (diatópicas)- concerne às diferenças lexicais (de vocabulário), fonológicas (de pronúncia ou sotaque) e sintáticas (construção das frases), observadas entre os falantes de uma mesma língua, situados em diferentes regiões geográficas. Nesta modalidade também estão os sotaques, ligados às marcas orais da linguagem.

Pelo fato da língua não ser um sistema fechado e imutável, em um mesmo país, como o Brasil, com um único idioma oficial, a língua pode sofrer diversas alterações feitas por seus falantes. Dessa forma, a língua portuguesa ganha diversas facetas, ou seja, o português que é

falado no Nordeste do Brasil pode ser diferente do português falado no Sul do país. As variações se justificam de acordo com a comunidade na qual se manifesta.

Varição social (diastrática) - refere-se às diferenças observadas na linguagem utilizada por diversos grupos sociais, constituídos a partir dos critérios socioculturais. Levando-se em consideração a influência da posição social bem como do grau de instrução, tem-se a oposição mais geral, aquela que diferencia a linguagem culta (ou padrão) e a linguagem popular. Além do nível sociocultural, outros fatores que determinam a variação social são a idade e o sexo. O uso de determinadas variantes pode indicar o nível socioeconômico de uma pessoa, mas é perfeitamente possível que alguém pertencente ao grupo menos favorecido atinja o padrão de maior prestígio.

Varição estilística (variação de registro ou diafásica) - diz respeito às escolhas individuais do falante, já que é observada na fala de um mesmo indivíduo, de acordo com a situação em que ele se encontra. Essa variação é determinada por condições externas à fala, como o assunto, o interlocutor (ouvinte), a relação entre os interlocutores, o grau de formalidade do discurso. Desse modo, conforme a situação, o sujeito escolhe o tipo de linguagem que julga mais adequado, optando entre o registro formal – em que predomina a linguagem culta e o registro informal em que predomina a linguagem popular.

De acordo com o que foi possível observar, a variação linguística não ocorre apenas na maneira de falar das comunidades, dos grupos sociais. Ela também está presente por meio do comportamento de cada indivíduo, enfim, de cada falante da língua à medida que se encontra em um determinado contexto ou situação. As pessoas adequam suas formas de falar e se expressar às finalidades específicas, de seu ato enunciativo, isso é decorrente pela seleção que faz parte do conjunto de formas que constituem o saber linguístico.

Bagno (2007) denomina a variação estilística de monitoramento estilístico, já que em situações de maior ou menor formalidade, por exemplo, exige do falante um determinado controle, uma atenção e um planejamento maior ou menor do seu comportamento em geral e do seu comportamento verbal.

É importante notar que o conceito de variação linguística está inserido dentro das pesquisas da Sociolinguística, que têm por objeto de estudo os padrões de comportamento linguístico observáveis dentro de uma comunidade de fala. William Bright (1966), um dos pioneiros na definição do objeto de estudo da sociolinguística, foi quem definiu que a diversidade linguística era o foco principal de estudo dessa nova disciplina, delimitando três ângulos fundamentais: a identidade social do emissor; a identidade social do receptor e as condições comunicativas.

Segundo Françoise Gadet (1987), a Sociolinguística estuda as relações entre as variações linguísticas e sociológicas enquanto o sociolinguista tenta mostrar a variação da linguagem de um falante para outro, como e porque esta assim determinada.

Os tipos de variações, como vimos, dependem de fatores específicos, tais como condição social, faixa etária, sexo, diferenças existentes entre uma região e outra. Embora algumas variações linguísticas não apresentarem o mesmo prestígio social no Brasil, os diferentes falares devem ser considerados como variações, e não como erros, para não incorrerem no preconceito linguístico, que não respeita as variedades, considerando apenas a língua padrão como única e correta.

2.2 PRECONCEITO LINGUÍSTICO

O preconceito linguístico diz respeito ao julgamento desrespeitoso contra determinadas variedades linguísticas, as quais geralmente pertencem a grupos de menor prestígio social ou a comunidades da área rural. Dessa maneira, o preconceito é muito mais social do que linguístico, uma vez que distingue e separa classes sociais, estigmatizando ou prestigiando falantes da língua portuguesa.

Em seu livro “preconceito linguístico: o que é, como se faz”, Marcos Bagno (1999) discorre sobre 8 mitos que cercam a nossa língua portuguesa aqui no Brasil. Mito nº 1: “A língua portuguesa falada no Brasil apresenta uma unidade surpreendente”. Mito nº 2: “Brasileiro não sabe português /Só em Portugal se fala bem português”. Mito nº 3: “Português é muito difícil”. Mito nº 4: “As pessoas sem instrução falam tudo errado”. Mito nº5: “O lugar onde melhor se fala português no Brasil é o Maranhão”. Mito nº 6: "O certo é falar assim porque se escreve assim”. Mito nº 7: "É preciso saber gramática para falar e escrever bem”. Mito nº8: "O domínio da norma culta é um instrumento de ascensão social”. Em todos estes mitos o autor defende a ideia que esse preconceito está mais ligado as questões sociais e regionais do país.

No terceiro capítulo deste livro intitulado como “A desconstrução do preconceito linguístico”, Bagno (1999) enfatiza sobre o preconceito linguístico, que pode ser combatido através da mudança de atitude por parte dos professores ou não professores, que devem recusar com veemência os velhos argumentos que visem menosprezar o saber linguístico individual de cada uma das pessoas.

Para combater o preconceito linguístico, concorda-se com (BAGNO, 1999 p.96), o qual afirma que “podemos praticar alguns pequenos atos subversivos, uma pequena guerrilha

contra o preconceito, sobretudo porque nós, professores, somos muito importantes como formadores de opinião” (BAGNO, 1999 p.96). Também se concorda com o autor quando diz que “temos de nos impor como falantes competentes de nossa língua materna” (BAGNO, 1999 p. 97). Parar de acreditar que “*brasileiro não sabe português*”, que “*português é muito difícil*”, que os habitantes da zona rural ou das classes sociais mais baixas “*falam tudo errado*”.

Aprende-se a língua oral do contato entre a família e a comunidade. É por meio da língua falada que ocorrem as mudanças e variações, as quais deixam bem claro que a língua é um sistema vivo, muda sempre, está em constante evolução. Não existe apenas uma maneira certa de falar, toda e qualquer manifestação linguística cumpre sua função de comunicação, portanto, devemos refletir a respeito do preconceito linguístico, aprendendo a respeitar todas as variações da fala dos indivíduos.

Neste contexto, o trabalho de William Labov (1969, 1972, 1983) é um exemplo de como devemos compreender as diferenças na língua. Ele desenvolveu grande parte da sociolinguística, que analisa diferentes falares, tendo como objeto de estudo a variedade linguística, o que permitiu o estudo científico de fatos linguísticos excluídos até então do campo dos estudos da linguagem, devido à sua diversidade e conseqüente dificuldade de apreensão. Suas ideias contribuíram no avanço dos estudos sociolinguísticos que estuda a língua como objeto de construção social, que respeita às variações sociais, regionais, geográficas, sem estigmatizar o “certo” ou “errado”, pois analisa a língua como o estudo do discurso enquanto expressão linguística e social na comunicação.

2.3 ENSINO

Em seu livro “Por que (não) ensinar gramática na escola”, Sírio Possenti (1997), apresenta uma proposta de mudança radical para o ensino de Língua Portuguesa. Para tanto, ele argumenta que é necessário uma mudança tanto nos programas de ensino, como nas escolas e nos professores.

O autor enfatiza que ensinar “língua” e ensinar “gramática” são coisas diferentes, dessa maneira, aposta “no ensino da língua (viva e atual) e não de regras gramaticais (inusitadas e ultrapassadas), sendo assim, acredita que “o domínio competente da língua não requer o ensino de seus termos técnicos” (1997, p.54).

De acordo com Possenti (1997), a gramática normativa é a mais conhecida do professor de Ensino Fundamental séries finais e Ensino Médio, porque é em geral a definição

que se adota nas gramáticas pedagógicas e nos livros didáticos. Neste cenário, o ensino é voltado a fazer com que seus leitores aprendam a "falar e escrever corretamente". Já a gramática descritiva é a "que orienta o trabalho dos linguistas, cuja preocupação é descrever e/ou explicar as línguas tais como elas são faladas". Neste sentido, a preocupação central é tornar conhecidas, de forma explícita, as regras de fato utilizadas pelos falantes. Em relação à gramática internalizada, é enfatizado o conjunto de regras que o falante domina.

Reforçando a ideia, a noção mais corrente de erro é a que decorre da gramática normativa, a qual considera erro tudo aquilo que foge à variedade que foi eleita como exemplo de boa linguagem, ou seja, a variedade padrão, portanto, é até mais cômodo para o professor utilizar apenas essa gramática, uma vez que não precisa repensar o seu ensino, sendo que o "erro", a partir da gramática normativa, torna-se algo claro e palpável. Para o autor, "na perspectiva da gramática descritiva, só seria erro a ocorrência de formas ou construções que não fazem parte, de maneira sistemática, de nenhuma das variantes de uma língua". Dessa forma, as diferenças linguísticas não são erros, são apenas construções ou formas que são diferentes de um certo padrão. São erros aquelas construções que não se enquadram em qualquer das variedades de uma língua, o que quer dizer que, de certa forma, o professor necessita de mais formação e preparo para lidar com isso de uma forma satisfatória.

Sírio Possenti (1997), aponta que a escola deve levar em conta os três conceitos de gramática apresentados, fazendo uma proposta elementar do ensino de gramática na escola, para trabalhar com as três gramáticas, em ordem de prioridade inversa em relação à ordem de sua apresentação, isto é, privilegiando a gramática internalizada, em seguida, a descritiva e, por último, a normativa. A realidade da grande maioria das escolas é que estas priorizam apenas a gramática normativa, que está relacionada à norma padrão. Isso significa que não leva em conta a gramática que o aluno domina e muito menos as diferenças linguísticas. Desse modo, o processo de ensino-aprendizagem fica comprometido. Não se considera, como afirmou Geraldí (1991), que com a democratização do ensino chega à escola um contingente de alunos das camadas populares que não possuíam o mesmo acesso à cultura letrada, uma outra clientela, usuário de uma variação linguística, diferente da padrão, por isso há uma necessidade de colocar em prática uma proposta de ensino da língua, como salientado por Possenti (1996) que leva em conta os três conceitos de gramática. Certamente assim, tanto a escola como o professor passarão a ensinar de fato a língua materna, de forma prazerosa e significativa para os alunos.

Se os alunos que chegam a escola não conhecem necessariamente o padrão da língua e nem tiveram em casa possibilidade de estarem inseridos em práticas letradas, a escola, os

professores terão de propor soluções para a sala de aula e uma delas, certamente, diz respeito à questão da variação linguística.

De acordo com Bagno (1999, p. 52) “a gramática tradicional tenta nos mostrar a língua como um pacote fechado, um embrulho pronto e acabado. Mas não é assim. A língua é viva, dinâmica, está em constante movimento toda língua viva é uma língua em decomposição e em recomposição, em permanente transformação”.

Com isso, vale dizer que a norma-padrão é um conjunto de regras que está cada vez mais estranha para os falantes nativos do português brasileiro. Isso se dá porque os falantes urbanos escolarizados não empregam a norma-padrão tradicional que entra em choque com a intuição linguística desses falantes, ou seja, as regras da norma-padrão “não atendem mais às nossas necessidades e expectativas de comunicação, de interação verbal, de atividade social por meio da linguagem” (BAGNO, 2001 p. 42).

Porém, diante deste cenário de evolução linguística, uma vez que a língua é um fenômeno dinâmico, a realidade da grande maioria das escolas é que estas priorizam apenas a gramática normativa, que está relacionada com a norma padrão. Não levam em conta a gramática que o aluno domina e muito menos as diferenças linguísticas. Assim, para mudar esta realidade, é preciso que cada professor de língua assuma uma posição de cientista e investigador, de produtor de seu próprio conhecimento linguístico teórico e prático, e abandone a velha atitude repetidora e reprodutora de uma doutrina gramatical contraditória e incoerente.

Vale ainda ressaltar que os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998, p. 29) precisam que a norma padrão é uma das possibilidades de expressar-se em língua portuguesa: “a variação é constitutiva das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. Ela sempre existiu e sempre existirá, [...]. Assim, quando se fala em Língua Portuguesa está se falando de uma unidade que se constitui de muitas variedades”.

Além disso, um dos desafios propostos ao professor de hoje é desenvolver a competência linguística dos alunos, como definido nos objetos para o ensino da Língua Portuguesa, (BRASIL, 1998, p. 32): “utilizar a linguagem na escuta e produção de textos orais e na leitura e produção de textos escritos de modo a atender a múltiplas demandas sociais, responder a diferentes propósitos comunicativos e expressivos, e considerar as diferentes condições de produção do discurso.” Para que isso possa ser efetivamente realizado, é necessário abordar dois processos fundamentais: fala e escrita. Nem sempre, porém isso se dá de forma efetiva. De um modo geral, a aprendizagem da escrita é feita através do processo de letramento. A criança quando entra na escola começa a se tornar letrada, ou seja, aprende a

escrever e, naquele ambiente, vai deixando a oralidade se tornar secundária. Certamente essa supervalorização da escrita afetou profundamente a língua oral, atribuindo à fala o lugar do erro, do informal, segundo Fávero (2011).

Ao entrar na escola a criança depara-se com um mundo novo, mais complexo. Ela tem que interagir com os novos colegas e com o professor. Está diante de uma nova situação de uso da linguagem verbal. O professor pode, neste momento, fazer uso da oralidade para beneficiar o aluno. A criança vendo-se inserida em um contexto de respeito e carinho consegue desenvolver sua capacidade de produção de textos orais e poderá aperfeiçoá-la, pois adquire segurança para sua manifestação.

Contudo, a realidade de diversas escolas traz o descontentamento do ensino tradicional, o qual raramente usa o estudo da língua como meio de comunicação atual, vivo e eficiente, mais especificamente o estudo da oralidade como meio de comunicação entre indivíduos comunicativos. Infelizmente o descaso da escola e de alguns professores a respeito do não uso do domínio linguístico e da linguagem oral no contexto de formação das crianças é bastante marcante no contexto escolar.

Por isso, é de fundamental importância o conhecimento das várias facetas da variação linguística por parte do professor de língua para que ele possa desenvolver um bom trabalho com a oralidade, uma vez que este conhecimento permite ao educador de vivenciar inúmeras situações cotidianas, demonstrando ao aluno que não existe o certo, muito menos o errado na fala, mas sim, a linguagem formal e a informal.

Além disso, segundo (MILANEZ, 1993), a oralidade precisa ser trabalhada em sala de aula desde as séries iniciais, promovendo assim o interesse e a curiosidade para desenvolver este hábito desde a infância, conseguinte a isso, a contribuição do ensino de Língua Portuguesa para o exercício da oralidade se torna indispensável. Neste contexto, a criança deve acostumar-se desde cedo com a naturalidade da variação linguística, a fim de que possa identificar a forma mais adequada de uso de um registro sem menosprezar uma variedade em benefício da outra.

Com base nas considerações acima, é importante salientar que, sem dúvida nenhuma, trabalhar com a oralidade em sala de aula é essencial, uma vez que implica em usar os gêneros textuais orais que contribuem na formação de leitores críticos, capazes de se comunicar em diversas esferas sociais de comunicação. O ensino da oralidade nas escolas seria uma forma de trazer a criança uma nova maneira de ver como os dialetos são diversificados, mas que a oralidade formal tem as suas limitações.

3. METODOLOGIA

A pesquisa realizada visou à produção de conhecimentos teóricos metodológicos, referindo-se à atuação dos profissionais envolvidos na sala de aula e sua postura frente às diversidades linguísticas nos primeiros anos do ensino fundamental. Além da pesquisa bibliográfica, também foi feita uma coleta de dados através de questionário. Essa investigação bibliográfica está inserida nas áreas da linguística, da sociolinguística e da pedagogia.

Para esta finalidade foi preciso fazer uma pesquisa bibliográfica, que “utiliza material já publicado, constituído basicamente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, com informações disponibilizadas na internet (GIL, 1999)”.

A pesquisa bibliográfica teve como aporte teórico a Sociolinguística, e fundamentou-se nos principais linguistas dessa área como William Labov (1972), William Bright (1966), Marcos Bagno e Sírio Possenti (1997), os quais tiveram um grande avanço em suas pesquisas relacionadas às variações linguísticas.

Também foi realizada uma pesquisa qualitativa e quantitativa, com uma coleta de dados, por meio de um estudo de caso, realizado com a aplicação de questionário, com o objetivo de verificar junto às educadoras dos anos iniciais do Ensino Fundamental como elas entendem esse processo e como atuam no cotidiano da prática pedagógica.

Do ponto de vista dos objetivos, a pesquisa é explicativa, uma vez que apresenta os conceitos de GIL, 2002, p.42, os quais abordam que: “aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o porquê das coisas”.

O instrumento utilizado foi um questionário com 10 perguntas, sendo duas objetivas e oito discursivas, e as respostas foram registradas de acordo com percentual total de cada resposta, e com a garantia de sigilo das informações pessoais. Este questionário foi entregue para as professoras responderem sem auxílio da pesquisadora durante duas semanas.

4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Em relação às duas perguntas objetivas aplicadas no questionário constatou-se que 100% das educadoras entrevistadas são efetivas, sendo que três delas trabalham de sete a dez anos nos anos iniciais do Ensino Fundamental e duas já trabalham há mais de dez anos nesta área. Neste cenário é possível afirmar que as professoras já trabalham bastante tempo na área, desta forma, todas têm experiência em suas práticas docentes.

A terceira questão aplicada está relacionada à metodologia aplicada, e o resultado demonstra que 100% das educadoras procuram explorar bastante a leitura, a interpretação oral e escrita, e também a produção textual. Nas aulas de Língua Portuguesa elas trabalham com os diversos gêneros textuais escritos e orais, no intuito de fazer com que os alunos conheçam, aprendam a interpretar e a produzir esses gêneros tão presentes no nosso meio, além de utilizá-los em sua prática social, conforme expresso nos objetivos para o Ensino da Língua Portuguesa, preconizado pelo Documento que regulamento o Ensino no Brasil (BRASIL, 1998).

A metodologia aplicada pelas professoras através dos gêneros textuais é uma metodologia indispensável da nossa língua materna, pois (MARCUSCHI, 2002, p. 25), afirma que “os gêneros textuais são formas verbais de ação social relativamente estáveis realizadas em textos situados em comunidades de práticas sociais e em domínios discursivos específicos”. Eles dizem respeito ao uso da linguagem nas práticas sociais de uma determinada sociedade.

A quarta questão questiona sobre a importância de trabalhar com a variação linguística em sala de aula nos anos iniciais do Ensino Fundamental, segundo relato das docentes, novamente 100% acham importante trabalhar com a variação linguística, uma vez que é essencial que os alunos tenham acesso às variedades linguísticas para que possam ampliar seus conhecimentos e para que saibam respeitar as diferenças, sem julgar o “certo” ou “errado” na comunicação. Além disso, a escola é um espaço de igualdade, onde todas as crianças devem se sentir valorizadas frente aos dialetos que trazem de casa.

Segundo relato das professoras, 60% delas ensinam a língua padrão, destacando aos alunos que ela é indispensável, uma vez que é função da escola, e ela está bem presente nos livros didáticos, nos livros de leitura e na sociedade como um todo, mas apesar disso, as variedades linguísticas podem ser usadas dentro de um contexto adequado. Já 40% das

educadoras disseram que procuram ensinar a língua padrão e as variedades linguísticas ao mesmo tempo para que as crianças possam comparar as diferenças encontradas entre elas.

Em relação ao preconceito linguístico, todas as educadoras relataram que é um tipo de preconceito que está bem presente em nosso país, e muitas vezes, de forma agravante, onde discrimina pessoas e classes sociais. É um preconceito que está incrustado em nossa cultura, o qual deve ser combatido através de muitas reflexões acerca disso e que aos poucos deve ser extinguido da sala de aula.

A sétima questão que está ligada à língua escrita e à língua falada, todas as docentes procuram mostrar que é preciso seguir a norma padrão na língua escrita, atitude também defendida por Camacho, ao afirmar que:

“Cabe ao sistema escolar cuidar para que as formas da variedade-padrão sejam desde cedo ensinadas à criança, para que, quando adulto, ela incorpore em seu acervo o máximo possível de formas padrão, tornando-se, assim, capaz de adequar a expressão verbal às circunstâncias de interação.” (CAMACHO, 2004, p. 48)

Já em relação à língua falada, existem várias possibilidades, embora em contextos adequados.

Segundo relato das 5 educadoras, 100% ensinam a variação linguística, procurando introduzir textos que tenham alguma variação linguística, explorando a escrita e a fala. Fazendo com que a criança possa perceber as diferenças com outros textos. Além disso, procuram introduzir também letras de músicas, vídeos, poemas, enfim, até mesmo os “falares” da turma trabalhada.

Um fato interessante constatado no questionário foi que todas as professoras utilizam um livro didático, porém não ficam presas a ele, pois procuram fazer um complemento com outros textos e atividades que julgam serem importantes para o processo de ensino-aprendizagem.

Embora o livro didático seja um importante material de apoio, ele não pode ser o único material utilizado pelo professor em sala de aula, uma vez que não é capaz de dar sustentação teórica e metodológica, na sua totalidade, à prática pedagógica docente. Este pensamento vai de encontro com a prática das educadoras entrevistadas, pois disseram que utilizam o livro didático sem ficar presas a ele, buscando outros materiais que julgam ser necessários para a aprendizagem dos alunos.

Outro fato interessante constatado foi que novamente 100% das docentes disseram que os livros didáticos abordam a variação linguística de uma forma breve e superficial, uma vez que o foco principal destes livros e da escola é a língua padrão. Embora cada livro traga uma abordagem diferente sobre as variações linguísticas, cabe ao professor encontrar as melhores abordagens e fazer uso delas em sala de aula.

Neste contexto, comprovou-se, por meio das análises, que a variação linguística recebe nos livros didáticos um tratamento superficial, vago, para dar ênfase à norma padrão, à gramática normativa, o que é feito de tal maneira a não aperfeiçoar ou acrescentar os conhecimentos linguísticos do aluno, a fim de ele poder usá-los adequadamente em seus atos comunicativos e interativos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje se depara com uma forma diferente de ver a apropriação da língua, que vem desde a nossa infância, mas que recebeu ao longo do tempo influência de outras línguas e do meio social em que cada um está inserido. Isso faz com que a nossa língua falada seja diferente, ou seja, ela varia de pessoa para pessoa e de lugar para lugar. Com isso, os educadores devem mudar a forma de ver a língua portuguesa em sala de aula. Devem valorizar tanto a oralidade, quanto a escrita, mas para isso tem que continuar buscando novos conhecimentos em linguística.

Neste cenário passa-se a compreender que a escola deve promover a compreensão das variações linguísticas, por meio de atividades que envolvam os gêneros orais e escritos, as quais devem levar os alunos a conhecer a norma culta, para ser usada em situações formais que necessitem do uso da norma padrão.

Por meio do questionário foi possível perceber que, enquanto algumas educadoras ensinam a variação linguística, outras procuram ensinar, de preferência, a língua padrão, pelo fato de ser função da escola, de estar bem presente nos livros didáticos, nos livros de leitura e na sociedade como um todo. Infelizmente este tipo de ensino tradicional, que só leva em conta a língua padrão, é um ensino que ainda está muito marcante em muitas escolas.

Com base nisso, pode-se perceber que, apesar de ter mudado o papel da escola e deparar-se com uma forma diferente de ver a apropriação da língua, pode-se perceber que a escola pode ainda avançar muito mais em busca de um ensino de qualidade, o qual leva em conta todas as variações da linguagem. Este avanço pode se dar através de cursos de aperfeiçoamento para os professores e também por meio de uma nova grade curricular escolar.

Atualmente, graças a pesquisas sérias e avançadas, realizadas por renomados estudiosos, e postas em prática por educadores competentes, as concepções de ensino da língua permitem a valorização dos diferentes falares do país, que trazem consigo suas verdadeiras raízes, bem como sua imensa riqueza cultural.

Através da pesquisa bibliográfica realizada e questionário aplicado foi possível refletir sobre o preconceito linguístico, compreender as variedades linguísticas presentes na sala de aula e as formas de trabalhar estas variedades no ensino de Língua Portuguesa, no Ensino Fundamental anos iniciais, na Escola Irmã Filomena Rabelo. Outro fato constatado na pesquisa foi que a variação linguística é de muita importância na sala de aula, desde muito cedo, ou seja, desde os anos iniciais do Ensino Fundamental.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, M. C. A sociolinguística e seu papel metodológico no ensino da linguagem oral. Disponível em: <http://www.webartigos.com/artigos/a-sociolinguistica-e-seu-papel-metodologico-no-ensino-da-linguagem-oral/9229/#ixzz3I9CP87ux>, acesso em: 02.nov.2014.
- BAGNO, M. **Nada na língua é por acaso**: por uma pedagogia da variação linguística. – São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- _____. **Norma lingüística**. Edições Loyola, São Paulo, 2001.
- _____. **Preconceito linguístico**: o que é, como se faz. 49ª ed., São Paulo: Loyola, 1999.
- BASSO, R. & ILARI, R. **O português da gente**– a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2007.
- BORTONI-RICARDO, S. M. O estatuto do erro na língua oral e na língua escrita. In. GOSRKI, O; COELHO, I.L. **Sociolingüística e ensino**: contribuições para a formação do professor de língua. Florianópolis, Editora da UFSC, 2006.
- BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental - Língua Portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- Bright, W. 1966. Resenha de 'Enciclopédia Bororo — Volume I: Vocabulários e Etnografia', de Albisetti & Venturelli (Campo Grande: Museu Dom Bosco, 1962). *International Journal of American Linguistics*, Vol. 32, No. 1, pp. 81-82.
- CAMACHO, R. G. A variação lingüística. In. Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus. São Paulo, SE/CENP. 1983, 3v. (pp. 29 - 41).
- _____. “Norma culta e variedades linguísticas” in CECCANTINI, J. L. C.T. ; PEREIRA, R. F.; ZACHETTA, J.I, orgs. **Pedagogia cidadã**: cadernos de formação / Língua Portuguesa. São Paulo, Unesp. Pró reitoria de graduação, 2004.

DUARTE, M. E. & PAIVA, M. da C. A variação linguística e o papel dos fatores linguísticos. In: **Revista da Abralin**, n. especial, pp. 91-120 – parte 1 – 2011.

FÁVERO, L. L.; ANDRADE, M. L. C. V. O.; AQUINO, Z.. Reflexões sobre oralidade e escrita no ensino de língua portuguesa. In: ELIAS, V. M. (org.). **Ensino de língua portuguesa: oralidade, escrita e leitura**. São Paulo: Contexto, 2011.

GADET, F. **Saussure: une science de la langue**. Paris: PUF, 1987.

GERALDI, J. W. **Portos de passagem**. São Paulo: Martins Fontes. 1991.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002.

LABOV, W. “Social stratification of English”. *Language* 45: 315-29, 1969.

-----Sociolinguistic patterns. University of Pennsylvania Press, Philadelphia, 1972.

-----“Language structure and social structure”. Trabalho apresentado na Conference on Qualitative and Quantitative Approaches to Social Theory, Chicago, Nov. 1983.

MARCUSCHI, L. A.. **Gêneros textuais: definição e funcionalidade**. 2002.

MILANEZ, V. **Pedagogia do oral: condições e perspectivas para sua aplicação no português**. Campinas, SP: Sama, 1993.

OLIVEIRA, J. C. N. VARIAÇÕES LINGUÍSTICAS EM SALA DE AULA. Disponível em: http://www.fals.com.br/revela18/REVELA%20XVII/artigo3_revelaX.pdf, acesso em: 02 nov. 2014.

POSSENTI, S. **Por que (não) ensinar gramática na escola**. Campinas: Mercado de Letras, 1997.

APÊNDICE

Questionário

1) Assinale uma das alternativas:

Você é:

() Efetiva

() Contratada

2) Há quantos anos leciona nos primeiros anos da Educação Fundamental:

() 1 a 3 anos

() 3 a 5 anos

() 5 a 7 anos

() 7 a 10 anos

() mais de 10 anos

3) Fale um pouco sobre sua metodologia. Como trabalha a leitura e a escrita?

4) Acha importante trabalhar com a variação linguística na sala de aula, nos iniciais do Ensino Fundamental? Por quê?

5) Como ensina a língua padrão diante das variedades?

6) O que acha do preconceito linguístico?

7) Como você ensina a língua escrita e a língua falada?

8) Você ensina variação linguística? De que maneira?

9) Você utiliza um livro didático?

10) Na sua opinião, como os livros didáticos abordam a variação linguística?